



# LUTAS POR TRANSFORMAÇÃO NO CAMPO EDUCACIONAL A PARTIR DA ATUAÇÃO DO GRUPO DE VALORIZAÇÃO NEGRA DO CARIRI

## *FIGHTS FOR TRANSFORMATION IN THE EDUCATIONAL FIELD FROM THE ACTIONS OF THE GRUPO DE VALORIZAÇÃO NEGRA DO CARIRI*

Livia Maria Nascimento Silva **1**

**Resumo:** *O presente trabalho visa apresentar as articulações do Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC), movimento negro mais antigo da região sul do Ceará, com foco no combate à exclusão da população negra e, por conseguinte, da sua cosmopercepção dos espaços de educação formal. O estudo se debruça, especialmente, sobre a atuação do GRUNEC em prol de ações afirmativas e transformação nos currículos educacionais, na formação de alunos/as, professores/as e nos materiais e métodos de educação, demonstrando as dificuldades e conquistas.*

**Palavras-chave:** *Grupo de Valorização Negra do Cariri. Educação antirracista. Cotas.*

**Abstract:** *This work aims to present the articulations of the Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC), the oldest black movement in the southern region of Ceará, with a focus on combating the exclusion of the black population and, consequently, their cosmoperception, from educational spaces formal. The study focuses especially on GRUNEC's work in favor of affirmative actions and transformation in educational curricula, in the training of students, teachers and in educational materials and methods, demonstrating the difficulties and achievements.*

**Keywords:** *Grupo de Valorização Negra do Cariri. Anti-racist education. Quotas*

---

**1** Mestra em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Educação, Gênero e Relações Étnico-Raciais (NEGRER). Advogada e presidente do Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3662215327273845>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0847-2825>. E-mail: [advlivanascimento@gmail.com](mailto:advlivanascimento@gmail.com)



## Introdução

O presente trabalho elege como tema a luta do Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC) por uma transformação no campo educacional. Considera-se nesta investigação o contexto colonial, capitalista e eurocêntrico que os projetos de desenvolvimento econômico/civilizatório da sociedade foram criados. Ao serem implementados, interferiram na valorização da diversidade étnica e racial que compõem o Brasil e seus territórios, negligenciando, de maneira insustentável, os diferentes modos de ser, fazer, estar, pensar e viver, demarcando a estrutura social a partir de uma lógica outrificante de hierarquia racializada, inserida em relações de poder que estigmatiza e subalterniza as pessoas não brancas, negando-lhes o reconhecimento de sua memória, identidade, mitigando sua cidadania e, conseqüentemente, impossibilitando o alcance aos direitos humanos, como a educação.

Para tanto, interessa-nos relatar a articulação do GRUNEC em prol da igualdade étnico-racial, que tem a temática educacional como uma das suas principais frentes de atuação, abrangendo não só as necessidades de políticas educacionais nas instituições formais de ensino, como mudança curricular, formação docente e ações afirmativas, mas também os processos formativos para além dos muros das escolas e universidades. O GRUNEC foi escolhido como *lócus* da pesquisa por ser o movimento negro mais antigo da região do Cariri cearense e, por conseguinte, ter construído, ao longo de mais de duas décadas de resistência, muitas ações relevantes para tratar a temática ora debatida.

Este trabalho é um recorte da investigação desenvolvida por ocasião do mestrado da autora Silva (2022). Metodologicamente, esta pesquisa qualitativa se desenvolveu fazendo uso dos procedimentos da pesquisa bibliográfica, documental, de campo e participante. Quanto ao objetivo, apresentou-se, inicialmente, exploratória e avançou com a finalidade de se empreender explicativa. Sobre os instrumentos de coletas de dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, observação participante, diário de campo e registros fotográficos. Para análise dos dados, convocamos um quilombo de autoras/es para fundamentar as categorias trabalhadas.

A coleta de dados se fundamentou nos seguintes procedimentos: a) pesquisa documental (do estatuto, projetos, atas de reuniões, cartilhas e demais documentos do GRUNEC); b) pesquisa de campo e observação participante (realizada na sede do Grupo localizada no município de Crato (CE), nas atividades de planejamento e execução de suas ações, durante o período de coleta de dados, 2020-2022); c) realização de entrevistas gravadas com as/os integrantes do Grupo. Assim, enquanto pesquisadora e integrante do movimento negro, a autora participou ativamente das reuniões de formação e deliberação do grupo, bem como das ações de incidência política e processos judiciais, contribuindo nas reivindicações do GRUNEC.

Esta investigação também se ampara na pesquisa militante, como método de estudo e prática, já que a escritora parte do seu lugar de fala de jovem, negra, jurista e acadêmica, para a delimitação teórica-metodológica (RIBEIRO, 2017), superando o mito da neutralidade científica, como sugere Grada Kilomba (2019), com amparo nas pesquisas de Almeida (2018) sobre racismo estrutural; Cunha Jr. (2001) sobre africanidades e afrodescendência na educação; Livia Vaz (2022) sobre cotas raciais; Gomes (2017) sobre o movimento negro educador.

Para as entrevistas, foram convidadas/os a participar algumas/alguns integrantes autodeclaradas/os negras/os, atualmente ativos/orgânicos do GRUNEC, quais sejam: 3 fundadoras/es do Grupo (Valéria Gercina das Neves Carvalho, Verônica Neuma das Neves Carvalho e Adriano Almeida) e 2 membras/os jovens que integram a direção do Grupo (Antônio Carlos Dias Oliveira, Raiane Félix Bezerra), garantindo a paridade de gênero e geracional na fala. Acreditamos que foi possível conseguir construir a narrativa autobiográfica do Grupo, ao longo de sua trajetória de mais de 20 anos de (re)existência, suas principais pautas, objetivos, princípios, metas, ações, conquistas e desafios por meio de diferentes olhares.

O projeto de pesquisa foi previamente submetido e aprovado pelo Conselho de Ética e Pesquisa competente (CAAE 46539021.2.0000.5188). As/os participantes, foram informadas/os do teor da investigação e concordaram em participar da pesquisa, bem como a ter seus nomes verdadeiros escritos nas publicações científicas dos resultados, mediante assinatura de Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido, assim resguardando os princípios e diretrizes estabelecidos na Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016.

As entrevistas semiestruturadas permitiram um aprofundamento dos dados levantados, percepções e sentimentos das/dos entrevistadas/os, oportunizando uma análise profunda e complexa, ao mesmo tempo em que o roteiro de pontos permitiu otimizar a qualidade das informações obtidas. Elas permitiram captar, em profundidade, os aspectos subjetivos e peculiares das vivências das/os integrantes do GRUNEC, dando protagonismo a escrivência construída na pesquisa em uma perspectiva histórico-culturalmente situada. Essa proposta de pesquisa/escrita negra, por sua vez, tem o negro como protagonista do discurso,

um sujeito que produz e está reproduzido naquilo que produz. Não um sujeito particular, mas um sujeito que está abraçado ao coletivo, por sua cumplicidade com outros sujeitos. Ao falar de si fala dos outros e ao falar dos outros fala de si. Não há uma fala única, solitária, mas a ressonância de vozes plurais, vários indivíduos (EVARISTO, 1996, p.40).

Comprometida com a oportunidade de dar visibilidade aos discursos e ações que dizem respeito aquilo que nos atravessa, buscamos a aproximação com autoras/es negras/os, que possibilitaram uma escrita reflexiva negra do negro e para o negro. Conceição Evaristo, em sua dissertação sobre a literatura negra, analisa a afrobrasilidade na escrita. Conhecida pela conceituação das escrivências, a intelectual explica à opção consciente de produzir uma escrita negra, não apenas pela cor de quem escreve, ou pelo tema, mas “pelo eu negro consciente na escritura de si próprio” (EVARISTO, 1996, p.17).

## **A luta do GRUNEC por direitos humanos, cidadania e políticas públicas para população afrocaririense**

O GRUNEC surgiu em 2001, a partir de debate local acerca dos reflexos das discussões sobre racismo, visibilizados pela Conferência Mundial das Nações Unidas de 2001 contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, ocorrida de 31 de agosto e 8 de setembro em Durban, na África do Sul. Com as notícias da referida Conferência, algumas pessoas do interior do Ceará se inquietaram para saber como aquelas discussões, ocorridas do outro lado do mundo, ecoavam em suas vidas no interior (Sul) do Ceará. A conversa iniciou em uma aula de natação, onde quatro colegas negros(as) falavam sobre a organização da Conferência e pensaram: E nós, povo preto do Cariri, como estamos? Quais nossas demandas?

Desse modo, saíram da aula decididos(as) a aprofundar a conversa/reflexão sobre essas indagações, agendando uma reunião, que deveria ocorrer na casa da família Neves Carvalho que, nas pessoas de Verônica, Luciano, Valéria e Gilbertina das Neves Carvalho, participaram da formação do grupo, ao lado de Risomar de Alves Santos, Zildene Francisca Pereira, Adriano Souza de Almeida, Cícero Erivaldo de Lima, Charles Farias Siqueira, Janaina Costa da Silva, Eliana de Lima, André, entre outras(os).

As primeiras reuniões ocorreram na garagem da casa da referida família Neves Carvalho, que funcionou como sendo a sede do grupo por alguns anos. Verônica destaca em sua entrevista que, por mais que na ata de fundação, não conste os nomes de Valéria e Gilbertina, entre outras pessoas, posto que fisicamente não estavam na reunião para assinar a ata, outras pessoas tiveram papel fundamental na formação do grupo. Ressalta que, nesta época, Valéria ainda morava em São Paulo, com sua filha pequena, mas sabendo desse movimento que sua família estava encaminhando com os(as) colegas na região do Cariri, se envolveu também em movimentos sociais, negros, estudantis e partidários de São Paulo, para trocar experiências:

A minha contribuição era de lá e tudo que acontecia em São Paulo que eu participava, eu mandava pra Verônica pautar aqui... Eu participava dos movimentos, que aí já era consolidação do PT e participava dos movimentos negros em

Grajaú, eu ia pra USP saber o que tava acontecendo na maior universidade do Brasil, né? Na época eu ia muito pra Educafro pra saber o que era que tava acontecendo ali, entendeu? Ia conversando com as pessoas, dizer a elas da existência do GRUNEC para aqueles que pudessem me alimentar e por isso me considero fundadora, apesar de não ter assinado a ata, entendeu? Mas eu tava lá, mobilizando e aprendendo pra passar pra cá. (ENTREVISTADA VALÉRIA. ENTREVISTA realizada em Crato-CE, 2022).

Já a senhora Gilbertina, na época, com 69 anos de idade, mãe das/o integrantes Verônica, Valéria e Luciano, foi a primeira secretária do GRUNEC, já que as primeiras doações para o grupo, como birô, telefone e material de papelaria, ficavam na casa da família Carvalho Neves e ela cuidava de tudo:

-A casa era da minha mãe, e como era a participação dela? Minha mãe sabia de tudo que tava acontecendo, participava das reuniões, ela não sentava na roda, tinha um quarto que tinha uma janela, era o quarto dela, ela ficava em pé na janela, parecia uma ancestral mesmo, entendeu? Parecia não, era, e ela ficava olhando, de vez em quando ela dizia uma palavrinha, uma coisinha, e quando o pessoal saía, aí ela se abria com nós pra dizer: oh, eu achei isso e isso... (Entrevistada Valéria. Entrevista realizada em Crato-CE, 2022)

[...]

-Ela dizia ser a secretária. Tinha o telefone lá em casa e tinha um birô... as primeiras coisas do GRUNEC foi de doações, iam dando as coisas e ficavam lá em casa. Eliana deu o birô e outras coisas. Aí mamãe era quem atendia o telefone, porque quando a gente decidiu nascer o GRUNEC, que a gente botou no mundo, aí eu tava trabalhando, todo mundo trabalhando, quem ficava em casa? Mamãe, mamãe era quem atendia:

‘-Alô, é do GRUNEC?’

-É, quem está falando é a secretária’.

Ela dizia que era a secretária, ‘eu sou a secretária’... A coisa que ela achava melhor do mundo era sentar naquele birô e atender os telefonemas e anotar e dizer ‘fulano ligou para a secretaria e convidou para ir pra uma reunião...’ (ENTREVISTADA VERÔNICA. Entrevista realizada em Crato-CE, 2022).

As irmãs também destacaram que a Sra. Gilbertina participava das reuniões observando da janela do seu quarto a roda de pessoas conversando sobre problemas sociais que também a atravessavam, por vezes, opinando sobre o que discutiam e apoiando suas filhas, filho e demais integrantes para realizar as atividades do grupo: “Eu acho que ela gostava tanto e conversava com a gente, porque a gente falava de muito sofrimento... olhe, ela via que tinha razão aquilo que a gente tava falando...” (ENTREVISTADA VERÔNICA. Entrevista realizada em Crato-CE, 2022).

O nome designado ao grupo, foi escolhido após muitos debates em torno do que queriam representar nesta região, e após pensarem que a sigla “GRUVNEC”, que correspondia exatamente ao nome completo do grupo, era muito “polaca”, decidiram deixar apenas GRUNEC, por considerarem ser mais representativo:

Figura 1 . Logomarca do GRUNEC



Fonte: GRUNEC. Disponível em: <https://ggrunec.wixsite.com/grunec>.

Na entrevista, Adriano explicou que a logomarca do GRUNEC, desenhada pelo artista local Camilo Henrique Lobo, carrega consigo artefatos –arte e fatos- da cultura negra, como “as cores da bandeira africana, as curvas das linhas no formato da Chapada do Araripe, tem duas pessoas jogando capoeira em cima de um atabaque, tem a mistura do tambor e do berimbau...” (ENTREVISTADO ADRIANO. Entrevista realizada em Crato-CE, 2022). Após algumas reuniões iniciadas ainda no ano 2000, começaram a planejar a sua institucionalização, a ata de fundação do grupo foi elaborada em 21 de abril de 2001, quando escreveram que:

(...) Para todos do grupo era sumariamente importante a sua fundação uma vez que não constava nesta região nenhuma organização deste tipo. O GRUNEC decidiu-se ter como objetivo a organização da população negra do Cariri, atuando no momento na cidade do Crato e também congrega as pessoas não negras que se identifiquem com a luta e causa desta etnia e que assumam sua identidade afrodescendente. Visando a organização desta parcela da população o GRUNEC se propõe a realizar diversas atividades que contribuam para o resgate e a inclusão destes na sociedade como: estudos, palestras, seminários, cursos, encontros e comemorações de momentos relevantes na história do povo negro, bem como sua origem, cultura, crenças, costumes, danças, formas de trabalho, educação, dentre outros momentos históricos significativos. Além de atividades educativas e de reflexão sobre a condição dos negros no Cariri, o grupo se propõe ainda a ser um veículo de apoio e divulgação de situações discriminatórias e preconceituosas sofridas por qualquer cidadão por pertencer a esta etnia ou aqueles que com ela identifique na condição de afrodescendente. Ainda é objetivo do GRUNEC, ajudar no combate a toda e qualquer forma de exclusão sofridas por pessoas de cor negra e que pertençam a classe menos favorecida da população que não tiveram oportunidade de ascender sócio, político economicamente sendo relegado a margem da sociedade e não contando como cidadão que contribuiu para o crescimento desta nação, fato que ocorre desde o início da colonização do Brasil. O GRUNEC terá duração indeterminada até que seus membros estejam empenhados em defender os seus objetivos e se comprometam a cumprir o estatuto que, como fundadores o elaborarão (...). (GRUNEC, 2001, n.p.).

Nesse sentido, o Estatuto do GRUNEC, formalmente construído em 2002, mas alterado em 2022, pontua os seguintes objetivos em seu artigo terceiro:

- I.Promover ações de implementação de políticas públicas voltadas para a população negra, considerando a interseccionalidade entre raça, gênero, diversidade sexual, classe social, idade, deficiência, crença, religião, territorialidade, entre outros marcadores sociais;
- II.Lutar pelo reconhecimento e valorização da população negra e contra todas as formas de opressão e exclusão social;
- III.Promover a integração de pessoas e grupos afro-descendentes;
- IV.Promover a cultura, por meio da comunicação popular, produção áudio-visual e outros materiais de formação e informação, resgatando as raízes histórico-sócio-político e religiosa, para construção de uma nova consciência de respeito à população negra e outros grupos étnicos e sociais discriminados;
- V.Combater as práticas de racismo conscientizando e educando a população contra atitudes discriminatórias;
- VI.Garantir orientação legal às vítimas de práticas racistas, encaminhando e acompanhando o caso, se valendo de mecanismo de pressão social que garantam a resolução justa do problema;
- VII.Promover atividades educativas, festivas e comemorativas no âmbito regional e especialmente ao que se refere às datas comemorativas da população negra;
- VIII.Participar e promover Congressos, encontros, seminários, reuniões e debates destinados aos interesses da população negra, bem como dos eventos promovidos por outras entidades que lutem em defesa do meio ambiente, dos direitos, respeito e dignidade humana;
- IX.Construir com todos os segmentos da população negra, o resgate da sua identidade e cidadania sensibilizando-o para assumir sua negritude; X.Manter intercâmbio com outras entidades sociais;
- XI.Promoção de direitos, construção de novos direitos para a população negra, bem como assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar em casos exemplares;
- XII.Desenvolver estudos e pesquisas voltadas para a problemática da população negra.
- XIII. Promover ações que favoreçam o desenvolvimento solidário e sustentável dos meios produtivos e dos mecanismos de preservação do meio ambiente. (GRUNEC, 2022, n.p.).

O GRUNEC marca, no interior cearense, a ruptura do silêncio da temática racial, quando passaram a ecoar todas as vozes violentamente suprimidas por tanto tempo, ao fazerem o que chamam de “incidência política”, em todos os espaços e oportunidades possíveis, levantando não só a pauta racial, no sentido de denúncia das desigualdades e violências, mas também de valorização da identidade e cultura africana e afrodescendente, em um processo de constante formação dessa consciência –negra e antirracista- na região.

As incidências políticas do GRUNEC se constituem na germinação do debate étnico-racial nos espaços públicos e privados: escolas, universidades, câmaras legislativas, conselhos e secretarias municipais e estaduais, fóruns, audiências públicas, comunidades rurais, periferias e centros urbanos, penitenciárias, órgãos do sistema de justiça, movimentos sociais, sindicatos, entre outros, por meio de eventos, projetos, palestras, manifestos, ações culturais, assistenciais, representações e reivindicações, sendo que ao longo da jornada destacam-se alguns marcos importantes, como:

(...) a 1ª Audiência Pública Federal no ano de 2007, para discutir a implementação da Lei nº 10.639/03 conseguindo reunir representantes de 42 municípios da Região do Cariri; em 2005 realizou o 1º Seminário no Crato para discutir a Igualdade Racial; é responsável pela Semana da Consciência Negra todos os anos, desde sua formação em 2001; efetiva cursos para geração de emprego e renda; junto ao governo municipal do Crato articulou a sua adesão ao Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial, coordenado pela SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial) como forma de afirmar o compromisso do município cratense no combate ao racismo e de garantir à população o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para promoção da igualdade; desempenha um excepcional trabalho junto às mulheres do Alto da Penha, que é um dos bairros mais pobres da cidade. (NICOLAU, 2016, n.p.).

Integrantes do GRUNEC participaram da formação e composição do Conselho Municipal de Direitos da Mulher Cratense, Conselho Municipal de Direitos Humanos, Conselho Municipal de Saúde, Conselho Estadual de Promoção para Igualdade Racial, Conselho Estadual de Direitos Humanos, Fórum de Ações Afirmativas, Rede de Mulheres Negras do Ceará, Frente de Mulheres do Cariri, tiveram membra eleita para o cargo de Ouvidora da Defensoria Pública do Ceará, levantando em todos esses espaços, a pauta racial para pensar, formular, implantar, ampliar e efetivar políticas públicas focalizadas, visando a promoção da igualdade racial. Ao falar das principais ações do grupo, Verônica enfatiza:

(...) fora a Marcha das Mulheres Negras a gente sempre tá junto e faz uma mobilização no mês lilás, o mês lilás é uma ação que eu acho que sem a atuação do GRUNEC não aconteceria. Eu acho que sem a participação do GRUNEC não existiria o mês lilás, os 16 dias de ativismo, a questão da violência é exaustivamente trabalhada. Eu acho que a incidência política é uma marca do GRUNEC, é o controle das políticas públicas, independente de estarmos no espaço ou não, por exemplo, a Valéria durante dois anos representou o GRUNEC dentro do Conselho de Saúde e de Educação, então foi uma incidência política ferrenha mesmo, que teve momentos que eu pensei que fossem matar Valéria dentro da Câmara. No Conselho da Mulher é outra incidência política pesada. Um conselho que não temos incidência política é das crianças e adolescentes, mas no CODEMA... eu acho que esse controle social das políticas públicas o GRUNEC tem voz, não só na perspectiva municipal, mas no Estado. Tipo assim, no COEPIR, que era Eliana e João do Crato, o GRUNEC está representado no Conselho Estadual de Direitos Humanos sob a responsabilidade de Raiane. Aí tem também essa história das Mulheres Negras, da Rede, não compreendo muito, mas é Raiane também que nos representa, tanto no Conselho Estadual de Direitos Humanos, quanto na Rede. Com relação as outras atividades que temos é o acompanhamento a comunidade do Pai Eterno, que é uma comunidade nas proximidades de Nova Olinda, estando mais próxima de uma identidade como comunidade indígena do que pra comunidade negra, é uma comunidade de 16 famílias, totalmente esquecida pelo poder público, as crianças estudam em Nova Olinda, é uma comunidade de extrativista, de 15 em 15 dias estamos na comunidade, a gente vem mobilizando, fizemos uma mesa de negociação em maio com o poder público, o prefeito, o secretário de assistência de saúde de educação... (ENTREVISTADA VERÔNICA. Entrevista realizada

em Crato-CE, 2022).

Além disso, destacam que nada foi fácil, sempre faltou abertura para o debate em torno da temática racial e tudo que foi construído, precedeu muita discussão e tensionamento. Na entrevista, Valéria e Verônica abordaram, por exemplo, sobre a dificuldade do GRUNEC, em aprovar projetos em editais de disponibilização de recursos para execução de suas atividades e sustentabilidade do grupo. Ressaltaram que uma professora universitária, parceira do grupo, Dra. Joselina da Silva, chegou a orientar: “parem de colocar a palavra negro no título dos projetos, coloquem direitos humanos, que dentro disso a temática racial se enquadra”.

Na avaliação de Verônica: “o que importa para os financiadores de projetos é o produto do trabalho, mas para nós do GRUNEC o que importa é o caminho”. (ENTREVISTADA VERÔNICA. Entrevista realizada em Crato-CE, 2022). Avalia-se que para aprovar projetos nesse sentido, é preciso, estrategicamente, esconder o foco principal do grupo, porque é como se, institucionalmente, existisse receio de fomentar esse tipo de articulação, o que se nomeia de racismo institucional (ALMEIDA, 2018). Já aconteceu de precisar assinar os projetos outras entidades parceiras, embora a escrita e execução do projeto fosse de autoria e responsabilidade do GRUNEC. O Grupo é reconhecido pelos seus tensionamentos e, por vezes, as instituições preferem garantir o silêncio sobre a temática racial. Ao balizar os principais feitos do grupo durante sua trajetória, reconheceram os seguintes pontos:

Ao longo da história o Grupo tem importante atuação principalmente nos seguintes pontos:

Educação, principalmente no que diz respeito à implementação da lei 10.639 e 11.645.

Saúde, principalmente no que diz respeito à saúde da população negra.

Combate ao racismo.

Mulheres negras.

Respeito à diversidade (religiosa, de sexo, geração).

Cursos profissionalizantes para populações periféricas em parceria com o SENAC e IFCE JUAZEIRO.

Promoção da arte e cultura afro-brasileira.

O Grunec se projeta mais para fora do que para dentro.

Parceira com Cáritas e outras instituições. (GRUNEC, 2021a, p.13)

A sistematização do planejamento do GRUNEC, ocorrida em março de 2021, ainda não foi concluída. Ao elencar os pontos acima, ressaltaram a relevância de acrescentar também a questão das juventudes negras, o apoio das comunidades rurais e quilombolas e, também, aos imigrantes, que são outras áreas de atuação que, ao longo dos últimos anos, ensejaram importantes conquistas por meio de muitas ações reivindicatórias. Nesse ínterim, considerando que o foco deste artigo é tratar apenas da atuação do grupo no âmbito educacional, passaremos agora a explanar melhor esse tema.

## **Educação, relações étnico-raciais e militância do GRUNEC**

Quando falamos sobre educação e relações étnico-raciais no Brasil, devemos de pronto levantar dois dos principais problemas e obstáculos enfrentados, historicamente, pela população não branca –negros e indígenas- neste território: 1) a exclusão desta população nos espaços formais de educação; 2) a exclusão da cosmopercepção dessas pessoas como saberes, conhecimento e epistemologia, o que requer, respectivamente, ações afirmativas por meio de cotas e transformação nos currículos escolares, na formação de professores(as) e nos materiais e métodos de educação.

Ambos os problemas têm origens na mesma historicidade: colonização e exploração de

forma sistêmica, tanto do ponto de vista material, quanto imaterial, ou seja, exploraram todos os recursos que englobam a integralidade da subjetividade estruturante de uma sociedade, neste caso, a africana, afrodescendente e a indígena. Importa lembrar que, durante este processo de colonização e escravização, foi retirado dessas pessoas o reconhecimento de sua humanidade e, por não serem considerados humanos, não lhes era garantido nenhuma dignidade. Assim, negaram-lhes acesso aos espaços de educação, onde só os colonizadores tinham acesso (CUNHA JUNIOR, 2001).

Além disso, não havia o que se falar em história, saberes e conhecimentos destes povos, pois sendo um espaço dos colonizadores, não era de seu interesse. No período pós abolição, negou-se igualmente acesso ao mercado de trabalho formal, à educação, à saúde, à política, entre outros. Se continuou negando a verdade e representatividade da história e saberes dessas populações. Insurgindo-se contra essa realidade cruel, os movimentos negros brasileiros atuaram durante todo esse período, até hoje, pela ruptura dessa colonialidade racializada, lutando por políticas para igualdade étnico-racial (DOMINGUES, 2007).

Nesse contexto, Nilma Lino Gomes (2017) explica que o movimento negro é educador, pois constrói saberes nas suas lutas. Educador não só do ponto de vista formal, oficial, das instituições de ensino, embora seja importante ressaltar que em 2003, conseguiu que fosse sancionada a Lei nº 10.639/2003, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da presença da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, bem como Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que trouxe diversas disposições sobre a educação, como as políticas de reservas de vagas nas instituições de ensino; inclusão no currículo da História geral da África e da História da população negra no Brasil; obrigando que os órgãos responsáveis, incentivem pesquisas e atividades educacionais de interesse da população negra e que essas atividades sejam desenvolvidas com fomento a parceria com os movimentos negros ou entidades que atuam na área, dentre várias outras previsões pertinentes.

Para além desse aspecto, é educador, por expandir conceitos relacionados à própria identidade pessoal e coletiva, assim como amplia concepções sobre os conceitos de democracia, cidadania, justiça e igualdade, garantindo diversas formas de emancipação, construindo outras epistemologias, possibilitando conhecimento de outra cosmopercepção que rompa com o ideário neoliberal-capitalista que monetiza a vida.

Nesse contexto, reconhecendo as lacunas existentes entre os aspectos formal legislativo e materialidade da efetividade desses dispositivos legais, o GRUNEC organiza importantes eventos formativos voltados para acadêmicas/os, profissionais da educação e população em geral, tanto em espaços formais de educação, quanto informais. Um desses eventos, é o Artefatos<sup>1</sup> da Cultura Negra, que segundo Carlos “é uma ação permanente que o GRUNEC está inserido desde a sua formação, quando veio pro Cariri.” (ENTREVISTADO CARLOS. Entrevista realizada em Crato-CE, 2022). Atualmente, está em sua décima quarta edição, iniciando em 2009, é um evento de caráter acadêmico que, a partir de 2014, passou a ser organizado como congresso internacional, voltado à formação de professores(as) da educação básica, gestores(as) públicos, pesquisadores(as), estudantes, integrantes de movimentos sociais, comunidades e grupos culturais locais, e demais interessadas(os) no tema.

Na empreitada do evento, têm participado a sociedade civil, movimentos sociais, grupos artísticos e culturais, além de universidades públicas, como a Universidade Regional do Cariri (URCA), Instituto Federal do Ceará – Juazeiro do Norte (IFCE), Universidade Federal do Cariri (UFCA), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), e também do exterior, como a Universidade do Tennessee.

A programação do congresso envolve mesas redondas, minicursos, rodas de conversa, oficinas, feiras, atividades culturais, exposições artísticas, lançamento de livros, apresentações e publicações de trabalhos acadêmicos, a partir de diversos simpósios temáticos, envolvendo todas as áreas de conhecimento, sempre estabelecendo diálogos entre pesquisadoras/es, movimentos sociais, artistas, grupos culturais, comunidades, ativistas de vários estados brasileiros e do exterior, objetivando fortalecer a luta e as redes antirracistas por meio de uma educação transformadora.

<sup>1</sup> O nome do evento foi pensado para simbolizar o que queriam representar: artes e fatos – artefatos- da cultura negra.

Mediante todo esse panorama apresentado como ações do Artefatos, é interessante destacar sua atuação junto à sociedade civil, uma vez que esse Congresso resulta da parceria entre a Academia e os Movimentos Sociais. E esses setores (os Movimentos Sociais) são responsáveis pela incidência política, pautando aspectos atrelados à Juventude Negra, bem como outros atinentes a ela, desde a inserção no mundo acadêmico como a denúncia de que esse grupo é a principal vítima do genocídio da população negra. É preciso destacar, também, a atenção reivindicada para com as mulheres negras, quer na manutenção e ensinamentos dos saberes populares, quer como sujeitos sociais transformadoras. Em constante diálogo com esses segmentos, sempre incidindo sobre eles politicamente, ações e práticas políticas são pensadas e realizadas, tais como o combate ao racismo religioso (Caminhada pela Liberdade Religiosa) e reivindicação por políticas afirmativas, que ainda estão muito distantes de serem efetivamente aplicadas. Por esses apontamentos e pela certeza de que um novo mundo é possível, que o Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra se apresenta como um espaço de disputas de narrativas e tem se consolidado como um espaço de articulação política e de visibilidade dos artefatos negros. (ARTEFATOS DA CULTURA NEGRA, 2021, n.p.).

Verônica lembra que antes do Artefatos, outro evento muito importante, que tinha a Profa. Dra. Joselina da Silva a frente, eram as “Iniciativas Negras: trocando experiências”. Explica: “Acontecia na academia, que era para estudantes universitários, lideranças comunitárias... não era só pra academia, era pra formar militantes. Ela tinha sempre essa preocupação de formação de liderança” (ENTREVISTADA VERÔNICA. Entrevista realizada em Crato-CE, 2022).

Durante as entrevistas, muitos nomes de professores(as) e pesquisadores(as) universitários(as), principalmente, mulheres negras, foram destacados para pontuar as parcerias que fizeram as pontes entre comunidade e academia, profissionais que sempre se preocuparam com uma prática pedagógica transformadora, como Cleone, Cicera Nunes, Joselina da Silva, Alex Ratts, Henrique Cunha Júnior, entre outras(os).

Por ser referência na temática étnico-racial, o GRUNEC sempre é convidado por professoras(es) para dialogar com alunas(os) de escolas públicas e privadas de todos os níveis de escolaridade e também de universidades. Em se tratando da pauta educacional, para além dos espaços escolares e acadêmicos, as(os) participantes das entrevistas lembram do jornal autoral do Grupo chamado “AfroCariri” que, atualmente, não é mais produzido por falta de recursos. O jornal teve várias edições, no qual escreviam sobre os temas que os meios de comunicação em massa tradicionais não falavam, principalmente, os problemas e valores das questões étnico-raciais:

**Figura 2.** Recorte do Jornal AfroCariri edição 2005 de autoria GRUNEC



**Fonte:** GRUNEC. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1QaZUM0JQBuhAt5fz8OZ7gUVjcYVWExG8/view?usp=sharing>.

Outras atividades educacionais que as(os) entrevistadas(os) enfatizam, são as “Miolagens” realizadas. Valéria explica que seu avô dizia que o pote sempre vai ser cheio de alguma coisa, seja água ou ar, nunca vai ser algo vazio, pois a sua essência também está no “miolo do pote”<sup>2</sup>, que sempre vai guardar algo essencial dentro de si (ENTREVISTADA VALÉRIA. Entrevista realizada em Crato-CE, 2022).

Partindo desse ensinamento ancestral, a família Neves Carvalho pratica a “miolagem” como sendo conversas que podem até surgir de forma aleatória, mas nunca será vazia de sentido, respeitando o direito de falar, de expressar o que sente, de ouvir e ser ouvido, já que todo mundo tem algo a contar e as pessoas negras por muito tempo foram silenciadas. A “miolagem” ocorre em formato de roda de conversa, sempre que possível, em contato com a natureza, e é pautada nos princípios civilizatórios africanos, explanados pela professora Azoilda Loretto (TRINDADE, 2005), quais sejam: Axé (energia vital), Memória, Ancestralidade, Religiosidade, Oralidade, Musicalidade, Cooperação/Comunitarismo, Corporeidade, Ludicidade e Circularidade.

Raiane, por sua vez, destaca na entrevista, que entender o sentido e a prática da “miolagem”, foi de suma relevância para sua vida, já que em outros espaços, geralmente, era silenciada, o que retirou, por muito tempo, seu entusiasmo para falar em público. Ela destacou que as teorias se encontram com algo prático e lembra de um termo peculiar, que viu alguém compartilhando do ponto de vista teórico-acadêmico, mas que a primeira vez que ouviu falar, foi sua mãe, que não estudou em espaços formais, explicando tal conceito:

-Miolar é como as meninas falam que miolar é água, né? O miolo do pote, que é água né, eu acho que é quando a gente perde o medo mesmo, porque quando eu comecei a falar assim em público, eu dizia assim: não, eu não sei falar. Acho que é isso, o medo que a gente tem de falar é muito grande e a gente fica naquela de preparar muito a fala, num sei o quê e tudo, sendo que a gente sabe falar, porque a gente tem a vivência da rua, né? A gente tem a vivência da rua, a gente fala qualquer coisa e tudo que a gente falar é ciência, é sabedoria... por exemplo, quando a minha mãe fala da dificuldade do preço do botijão de gás, minha mãe sabe falar, minha mãe sabe miolar também, mesmo não tendo estudo. Então eu acho que quando eu aprendi o que era miolar foi quando eu aprendi a falar mesmo (Entrevistada Raiane. Entrevista realizada em Crato-CE, 2022).

-Porque todo mundo que fala, fala de um lugar socioculturalmente e historicamente situado, né? Tem uma história de vida... (Entrevistadora e autora. Entrevista realizada em Crato-CE, 2022).

-Exatamente (Entrevistada Raiane. Entrevista realizada em Crato-CE, 2022).

-e é saber também (Entrevistadora e autora. Entrevista realizada em Crato-CE, 2022).

-Justamente, é igual eu vi uma menina postando assim: o que seria cabra? Se era uma identidade étnico-racial, se era... aí ela dizendo, botando um textão pá pá pá, laga os autores e tudo, e eu dizendo: pois eu aprendi isso com minha mãe, minha mãe morava no sítio, o povo não sabia dizer se era negro ou branco, aí chamava de cabra. Não era nem uma coisa, nem outra. E é assim, foi a vivência dela. Ela dizia: ‘o povo dizia que eu era cabra, num era preta, nem branca’. E aí é assim, é uma

2 Miolo de pote é um termo popular usado na região para dizer que a conversa não tem fundamento.

vivência que se encontra com alguém que escreva sobre isso. Alguma teoria que veio da prática (ENTREVISTADA RAIANE. Entrevista realizada em Crato-CE, 2022).

Para Carlos, aprender e praticar a miolagem, se tornou uma atividade de extrema importância para o grupo, pois vem demonstrando a urgência de ecoar as vozes subalternizadas, por muito tempo retraídas pelo silenciamento histórico:

Uma coisa que a gente quer tornar permanente e a gente ainda não conseguiu por questões de tempo mesmo, é a miolagem, a gente quer transformar a miolagem como uma experiência mais longiva, de fazer com que as pessoas sintam mesmo pra dialogar sobre suas vidas, a gente percebe que todo mundo quer, tem muito pra falar, tem muito pra compartilhar, eu acho que a miolagem pode ser esse espaço, e eu acho que a gente começou com esse espaço no período da pandemia, em encontros, em reuniões, que pra gente são formativas, porque são pessoas conversando sobre suas questões e se formavam ao mesmo tempo, né? E a gente queria transformar isso como uma atividade que se prolongasse pra gente ter possibilidade de estar junto, de conversar, de trocar afetos, fazer todo esse movimento. Então eu acho que a miolagem é uma proposta que se pretende ficar permanente. (ENTREVISTADO CARLOS. Entrevista realizada em Crato-CE, 2022).

Outra atividade educacional que acontece fora das instituições, é o Cinemáfrica ao luar, realizado mensalmente, sempre em noite com lua cheia, no Terreiro das Pretas, uma espécie de núcleo do GRUNEC, residência das irmãs Valéria e Verônica, localizado no Sítio Boa Vista, em Crato (CE). O evento ocorre em parceria com o Núcleo de Estudos de Descolonização do Saber (NEDESA), responsável pela curadoria dos filmes. Essa ação, para além da dimensão da valorização artístico-cultural africana e afrodiáspórica, envolve dimensões sensoriais, como o contato com o fogo da fogueira, a luz da lua, o formato de roda para a conversa e as trocas afetivas entre quem participa. Assim, o Artefatos, a miolagem e o Cinemáfrica, se constituem, além de atividade do ponto sobre educação, ação relacionada ao ponto “Promoção da arte e cultura afro-brasileira.

Com relação a efetividade da Lei nº 10.639/2003, o GRUNEC também vem monitorando sua aplicabilidade nas escolas da região, inclusive, realizando relatórios a partir de visitas locais às instituições de ensino, constatando a ausência de materiais e métodos pedagógicos voltados para o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, o que ensejou representação no Ministério Público do Ceará, que ingressou com Ação Civil Pública (processo nº 0037006-66.2014.8.06.0112), visando a efetivação da lei nas escolas públicas e privadas localizadas no Cariri.

Ainda sobre educação formal, importante também ressaltar o foco das ações afirmativas - políticas que visam garantir à igualdade material-, a *priori*, legitimadas com a promulgação da Lei Federal nº 12.288 de 2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial (EIR), prevendo, dentro dessas políticas de Ações Afirmativas, a necessidade de reservar vagas em universidades públicas, no sentido de garantir que mais pessoas negras possam acessar a educação superior, visando garantir ainda a possibilidade de mobilidade social dessas pessoas que, ao longo da história, foram espoliadas.

Trata-se de uma medida de reparação histórica-social para com a população negra que, como já dito, até hoje, sofre com as consequências do passado colonial-escravocrata. O EIR prevê no seu art. 48, inciso III, a descentralização da implementação de ações afirmativas pelos governos estaduais, distrital e municipais, como um de seus objetivos, e no art. 56, V, aborda sobre a implantação de “iniciativas que incrementem o acesso e a permanência das pessoas negras na educação fundamental, média, técnica e superior” (BRASIL, 2010, n.p.).

As ações afirmativas no campo educacional foram regulamentadas por meio da Lei de Cotas, lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. No

Estado do Ceará, apenas em 2017, com a lei n.º 16.197, houve regulamentação sobre as cotas nas universidades estaduais. Estas leis advieram das lutas dos movimentos negros, que precisaram explicar aos poderes executivo e legislativo que, quando a Constituição prevê em seu art. 208, V, que “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (...) acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”. Trata-se de letra de lei morta quando não forem ofertados pontos de partidas igualitários, já que esse requisito “segundo a capacidade de cada um”, envolve estudantes, em sua maioria, negros, de baixa renda, família com vulnerabilidades geracionais, oriundos de escolas públicas sucateadas, aspectos que impossibilitam a mobilidade social oportunizada com formação superior.

Sendo as cotas uma política pública, que visa garantir a igualdade material na sociedade brasileira, as restrições a sua eficácia podem configurar desvio de finalidade da política pública, conforme análise da jurista Dra. Lívia Sant'Anna Vaz:

Nesse contexto, as ações afirmativas – comumente criticadas, sob o argumento de que violam o princípio do mérito – são medidas especiais indispensáveis para combater o racismo, diluir o monopólio do privilégio branco e impulsionar a desracialização hierárquica da sociedade. Por meio delas opera-se não a eliminação do mérito, mas a sua correção, de modo a proporcionar justiça (re)distributiva, sobretudo nos espaços em que há acumulação racializada de oportunidades atribuíveis no mérito.

Sob essa perspectiva, as cotas raciais são, então, medidas de reparação histórica e não benesses concedidas ao povo negro brasileiro, que é credor de uma imensa dívida histórica. Assim, no campo do direito à educação e do trabalho, essa dívida apenas começa a ser pega com as ações afirmativas para acesso às universidades e aos concursos públicos. (VAZ, 2022, p. 74).

Nesse ínterim, diversas foram as tentativas de consolidar uma política de cotas efetiva nas universidades da região do Cariri, sendo o GRUNEC protagonista das principais reivindicações<sup>3</sup>. Nas instituições de ensino superior (IES) federais da região, Instituto Federal do Ceará (IFCE) e Universidade Federal do Cariri (UFCA), a política foi implantada mais rápido, já que a lei federal sobre cotas, é mais antiga. Nas bancas de heteroidentificação, exame da veracidade da autodeclaração étnico-racial, por meio de análise pessoal do fenótipo do candidato à vaga de cotista, o GRUNEC, geralmente, é convidado por meio de algum integrante. Contudo, recentemente, tem se percebido uma política de retrocesso nesses espaços, como a não obrigatoriedade do procedimento de heteroidentificação, gerando uma representação no Ministério Público Federal.

Já nas universidades estaduais, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e Universidade Regional do Cariri (URCA), a disputa pela efetividade da política de cotas ainda é ferrenha, tendo, inclusive, o GRUNEC denunciado a instituição perante o Ministério Público (procedimento administrativo nº 01.2022.00000969-5) sobre as violações aos direitos coletivos da população negra pela reiteração de fraudes ocorridas nos processos seletivos de estudantes dos cursos de graduação de todas unidades da URCA, que entre 2017 a 2022, nunca tinha realizado a heteroidentificação dos/as alunos/as cotistas. O procedimento ainda está em andamento e o propósito é que todos/as os/as cotistas do período de 2017 a 2022, sejam submetidos a banca de heteroidentificação para confirmação ou não da autodeclaração. Independentemente, no semestre em andamento ou conclusão do curso, pleiteia-se que, além de indenização pelos danos morais coletivos, as medidas cíveis, penais e administrativas sejam

<sup>3</sup> Os movimentos estudantis também foram fundamentais. Na URCA, Raiane e Carlos do GRUNEC foram lideranças dos movimentos estudantis também, intermediando a incidência política necessária para compreensão das questões raciais no âmbito educacional. Os movimentos estudantis realizaram greves e manifestações perante a reitoria da universidade para implantação de políticas estudantis, tanto de acesso quanto de permanência na educação superior.

tomadas quando confirmarem fraude:

Como dito na peça inicial, **fraudar cotas constitui crime de falsidade ideológica** e é papel da universidade representar criminalmente os casos verificados, como forma de prevenir e combater esse tipo de conduta. No âmbito administrativo, fundamental **extinguir as matrículas** das pessoas que ingressaram por meio de fraude, abstendo-se inclusive de emitir qualquer tipo de documento que possibilite o aproveitamento das disciplinas cursadas em outro curso/instituição. No âmbito cível, primordial reivindicar o **ressarcimento ao erário** de todos os gastos que a própria instituição teve que arcar para que estas pessoas cursassem a graduação, de forma proporcional aos períodos cursados. (GRUNEC, 2021b, p.1).

No âmbito dos concursos públicos, a discussão é igualmente acirrada nas universidades. Em maio de 2022, foram publicados três editais dos concursos públicos para o cargo de magistério superior, das três universidades do Ceará: URCA, UECE e UVA. Todos os editais previam grande quantidade de vagas, e essa é a primeira vez que os concursos dessas universidades, reservam vagas para candidatos cotistas negros e pessoas com deficiência (PCDs). Ocorre que os editais fracionaram a quantidade de vagas total de seus certames por setores de estudos/áreas de especialidade, fazendo com que cada setor/área ficasse com uma ou duas vagas, impossibilitando a aplicação do percentual de 5% para PCDs e 20% para pessoas negras, já que a lei só permite a reserva de vagas para cotistas em concursos com mais de três vagas.

Com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal, que proíbe o fracionamento de vagas em concursos por áreas de especialidades, por inviabilizar a política de cotas, o GRUNEC ajuizou a ação civil pública (processo nº 0201613-44.2022.8.06.0071), em coautoria com o Sindicato dos Docentes da Universidade Regional do Cariri (SINDURCA), Seção Sindical do Andes (SN), obtendo do juízo sentença procedente em agosto de 2022. No âmbito federal, o GRUNEC já enfrentou problema semelhante, referente ao concurso público da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), tendo representado no Ministério Público Federal, a demanda (protocolo nº 20220050338). Houve também mobilização contra as fraudes ocorridas nas cotas do concurso da segurança pública do estado do Ceará. Essas ações influenciaram na elaboração de medidas regulamentadoras do estado sobre as cotas nos concursos públicos.

A efetividade das ações afirmativas por meio de cotas em concursos públicos e seleções, é uma preocupação que decorre da falta de representatividade de pessoas negras nos espaços de poder e saber, já que ser professor(a) universitário(a), pesquisador(a), orientador(a) de projetos, entre outras possibilidades, significa abrir portas para uma prática pedagógica conscientizante e transformadora, não só para a vida dos/as discentes e docentes, mas sobretudo, em um viés institucional e sociocoletivo.

O GRUNEC segue articulando ações para o fortalecimento e ampliação da política de cotas nas graduações, pós-graduações e concursos públicos, sustentando a tese de recorrência em violações sistemáticas à lei de cotas no Brasil, assim como pela efetividade da Lei nº 10.639/2003. É um meio de garantir a democracia, inclusão, diversidade e pluralidades de ideias no campo de produção e difusão de saberes.

## Considerações Finais

O trabalho buscou publicizar as contribuições do Grupo de Valorização Negra do Cariri para construção de debates e espaços plurais e democráticos no âmbito da educação. O trabalho abordou a luta do GRUNEC pela implantação e efetivação da lei de cotas para estudantes ingressar da educação superior, bem como nos concursos públicos docentes, por entender a essencialidade de democratizar o acesso à educação aos grupos, historicamente espoliados da sociedade, já que este é um espaço que possibilita combater as desigualdades.

Foi também abordado a articulação em prol da formação das(os) professoras(es) e alteração dos currículos escolares tradicionais, visando garantir o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, sendo este um importante meio para romper com o epistemicídio que, ao longo da formação da identidade nacional, marginalizou os cidadãos não-brancos no Brasil, subalternizando-os do ponto de vista físico e subjetivo, no que diz respeito a imagem, memória, linguagens, cultura e saberes.

Além disso, foi relatada a relevância da atuação deste movimento negro nos espaços não formais/institucionais de educação, mas que também dialogam com esta, já que possibilitam processos formativos igualmente, como as ações "miolagens", Cinemáfrica ao Luar, o primeiro jornal impresso negro da região "AfroCariri" e os eventos Artefatos da Cultura Negra e Iniciativas Negras: trocando experiências.

Destacou-se também as incidências políticas nos espaços de poder que dialogam com o saber, como participação em conselhos e secretarias municipais e estaduais, processos no sistema de justiça entre outras formas de reivindicar a mudança estrutural necessária contra o racismo.

## Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ARTEFATOS DA CULTURA NEGRA. **APRESENTAÇÃO:** XII Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra 2021. Disponível em: [http://siseventos.urca.br/site/xiiartefatos?fbclid=IwAR1Is5vdNozli4HPzUrQl8DgvxCsESfpS-D-0Qr5sE3\\_-w\\_wuBSp0i2Mkt8](http://siseventos.urca.br/site/xiiartefatos?fbclid=IwAR1Is5vdNozli4HPzUrQl8DgvxCsESfpS-D-0Qr5sE3_-w_wuBSp0i2Mkt8). Acesso em: 18 set. 2021.

BRASIL. [Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012]. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em 03 jan. 2021.

BRASIL. [Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014]. **Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm). Acesso em 03 jan. 2021.

BRASIL. [Lei nº 11.645, de 10 março de 2008]. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em 03 jan. 2021.

BRASIL. [LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010]. **Institui o Estatuto da Igualdade Racial.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm). Acesso em 03 jan. 2021.

CUNHA JÚNIOR, Henrique Antunes. Africanidade, afrodescendência e educação. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, Ano 23, v. 2, n. 42, p. 05-15, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/14604>. Acesso em: 17 mar. 2021.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro:** alguns apontamentos históricos. Tempo [online], vol.12m n.23, p.100-122, 2007.

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra:** uma poética de nossa afro-brasilidade. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – PUC-Rio. Rio de Janeiro, RJ, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas populares.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GRUNEC. **Ata de fundação.** Crato-CE, 2001.

GRUNEC. **Estatuto do GRUNEC.** Crato-CE, 2002.

GRUNEC. **Sistematização do Planejamento estratégico do GRUNEC,** 2021.

GRUNEC. **Petição intermediária no processo do Ministério Público,** 2021b.

KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação – episódios do cotidiano.** Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

NICOLAU, Neto. Conheça o Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC. **Blog Negro Nicolau,** 2016. Disponível em: <https://www.blognegronicolau.com.br/2016/04/conheca-o-grupo-de-valorizacao-negra-do.html>. Acesso em 08 abr. 2020.

RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

SILVA, Livia Maria Nascimento. **Justiça social afrodiaspórica: pensando alternativas à lógica desenvolvimentista a partir da atuação do Grupo de Valorização Negra do Cariri.** Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Paraíba) - João Pessoa, 2022.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. **Valores Civilizatórios Afro-brasileiros na educação.** MEC – Valores afro-brasileiros na Educação. Boletim, v. 22, 2005.

VAZ, Livia Sant’Anna. **Cotas Raciais.** São Paulo (SP): Jandaíra, 2022.

Recebido em 01 de março de 2023.

Aceito em 23 de maio de 2023.